
**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PRODEMGE**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Reais, exceto outro modo indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública e iniciativa privada, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário, e seu compromisso é a modernização do setor público. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como foco a racionalização da máquina pública, objetivando a prestação de serviços à sociedade sempre de forma ágil e com qualidade. No ano de 2017, após a efetivação da Reforma Administrativa do Estado de Minas Gerais, ocorrida no ano de 2016, a Companhia assumiu as atividades de serviços de impressão, advindas da extinta Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, além da gestão de estruturas e sistemas de recepção e transmissão de sinal de telecomunicação e radiodifusão, visando mais eficiência, celeridade e economia ao Estado de Minas Gerais.

A Companhia apresenta prejuízos operacionais no decorrer dos últimos 05 anos, sendo que o prejuízo do exercício de 2017, no montante de R\$ 11.839.138 está relacionado com o acréscimo de R\$30.206.994 dos custos com a atividade de serviços gráficos assumidos pela Companhia.

A Administração se mantém empenhada em aperfeiçoar todos os processos e controles internos, assegurando uma gestão atuante e transparente, com vistas a solucionar eventuais inconsistências remanescentes de exercícios anteriores, através de medidas corretivas, tais como: a otimização do relacionamento com os clientes e a adequação dos preços, além do gerenciamento eficaz dos gastos, bem como das aquisições e contratos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria em 06 de março de 2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 19 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 20 - Contingências.

2.5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações, resumidas abaixo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 - Receita de contratos de clientes;
- Modificações às IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo biológico e Produto agrícola;
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificação às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014;
- Modificações às IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras;

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.
- b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.
- c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
- d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo esse o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).
- e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.
- f) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.
- g) As contingências passivas são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.
- h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.
- i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
- A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

j) Instrumentos Financeiros

1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo.

- Recebíveis

Os ativos recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Estão representados por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e que são usados na quitação das obrigações de curto prazo.

2) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

3) Capital social

- Ações ordinárias e preferenciais

A companhia possui ações ordinárias nominativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Caixa e bancos	65	11.511.698
Aplicações Financeiras		
. Certificados de Depósitos Bancários - CDB's	25.955.902	59.176.579
. Fundos de Investimentos	9.455.032	688.759
Total	35.410.999	71.377.036

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários - CDB's Flex Empresarial, da Caixa Econômica Federal, são classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, assim como os Fundos de Investimentos.

Durante o exercício de 2017, houve investimento no Fundo de Investimentos - Fundo SPúblico Clássico, do Banco do Brasil, onde os resgates e as aplicações ocorrem de forma automática diariamente com o saldo da conta corrente.

5. CONTAS A RECEBER

	R\$ 1,00	
Cliente	2017	2016
Estado de Minas Gerais:		
Administração Direta	93.403.771	59.715.669
Administração Indireta	7.647.742	4.015.577
Outros	313.944	1.051.387
Total Estado	101.365.457	64.782.633
Extra Estado		
Prefeituras	1.218.967	2.107.273
Total Extra Estado	1.218.967	2.107.273
Total	102.584.424	66.889.906

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía créditos vencidos e a vencer no montante de R\$102.584.424 sendo que para o ano de 2016 o montante era de R\$66.889.906, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais.

Não é prática da Companhia constituir provisão para fazer face a eventuais perdas com tais créditos, haja vista serem esses clientes uma extensão do seu acionista controlador, o Governo do Estado de Minas Gerais.

Em 31/12/2017 a segregação da composição do Contas a Receber, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

	R\$ 1,00
Até 30 dias:	28.169.969
De 31 até 60 dias:	4.241.586
De 61 até 90 dias:	6.319.012
De 91 até 120 dias:	3.880.592
Acima de 120 dias:	59.973.264
Saldo Contas a Receber	102.584.424

6. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados e entregues aos clientes durante o exercício de 2017, que não foram faturados, por aguardar regularização contratual estão contabilizados sob o título de Serviços Realizados a Faturar, totalizando R\$52.080.514 em 2017 e R\$33.999.908 em 2016.

7. PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador o Estado de Minas Gerais, e as transações entre a Prodemge e suas partes relacionadas abrangem as operações de valores a receber decorrente de serviços prestados às Secretarias e valores a pagar do condomínio referente à utilização da Cidade Administrativa à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), conforme contrato de prestação de serviços firmado entre as partes.

A Companhia possui com o Estado de Minas Gerais contrato de prestação de serviços firmado junto às Secretarias de Estado.

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Ativo		
. Circulante	93.403.771	59.715.669
Passivo		
. Circulante (SEPLAG)	3.756.677	1.365.248

Operações com Administradores

Aos administradores abrange membros do conselho de administração e diretores, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração dos Administradores da Companhia compreende salários e benefícios.

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Diretoria	70.377	66.130
Conselho de Administração	24.072	21.535

8. ESTOQUE

Com o início das atividades de impressão, o volume de produtos registrados em estoque teve um aumento significativo, ocasionando um fechamento anual no montante de R\$1.647.475 para o exercício de 2017, sendo que para 2016 o montante registrado foi de R\$479.948.

	R\$1,00	
PRODUTO	2017	2016
Itens p/ Serviço de TI	609.815	479.948
Itens p/ Serviços gráficos	1.037.660	-
TOTAL	1.647.475	479.948

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia apresenta registrado em Impostos a Recuperar valores de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos por estimativa no ano de 2017 (IRPJ CSLL), cujo saldo será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

Possui saldo de tributos retidos sobre notas fiscais de prestação de serviços, além do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras.

Impostos	R\$ 1,00	
	2017	2016
Impostos retidos a compensar	2.395.682	2.377.467
Impostos pagos por estimativa	182.620	-
Total Impostos a Recuperar	2.578.302	2.377.467

10. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os créditos a longo prazo referem-se ao saldo de depósitos judiciais, que correspondem aos depósitos recursais de ações trabalhistas. Até o ano de 2016, os valores eram apropriados diretamente no resultado da Companhia.

11. IMOBILIZADO

	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	R\$1,00		Taxas anuais de depreciação
			2017	2016	
			Líquido	Líquido	
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.534.853	(13.965.970)	5.568.883	7.068.594	4%
Equipamentos Processamento de Dados	77.893.380	(57.309.677)	20.583.703	17.123.622	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.466.087	(927.422)	538.665	592.205	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	662.799	(657.483)	5.316	6.155	7%
Veículos	373.188	(199.473)	173.715	202.115	20%
Total	110.330.307	(73.060.025)	37.270.282	35.392.691	-

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens.

Movimentação do ativo imobilizado em 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Depreciação/ Amortização/	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado	35.392.691	11.031.866	(9.154.275)	37.270.282
	35.392.691	11.031.866	(9.154.275)	37.270.282

A Companhia considerou o método “valor em uso” como sendo o melhor método para avaliar os Ativos Imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos

o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. O teste do Impairment não trouxe impactos para a Companhia, não sendo necessários quaisquer ajustes.

O imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27.

Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$10.348.231,32, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações. No de 2017, foram reconhecidos o imposto de renda diferido e a contribuição social diferida sobre a Reserva de Reavaliação de Edificações, visto que até então não havia ocorrido o registro.

	R\$1,00	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	2017	2016
Reserva de Reavaliação de Terrenos	9.956.894	9.956.894
Reserva de Reavaliação de Edificações		
. Reserva de Reavaliação sobre Edificações	592.936	618.142
. IR/CSLL sobre Reserva de Reavaliação de Edificações	(201.598)	-
TOTAL	10.348.231	10.575.036

A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

12. INTANGÍVEL

	R\$ 1,00			
			2017	2016
	Custo corrigido e reavaliado	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	53.386.478	(48.627.726)	4.758.752	6.953.326
Total	53.386.478	(48.627.726)	4.758.752	6.953.326

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 10 anos.

Movimentação do ativo intangível em 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Depreciação/ Amortização/ Baixa	Saldo em 31/12/2017
Intangível	6.953.326	1.211.704	(3.406.278)	4.758.752
	6.953.326	1.211.704	(3.406.278)	4.758.752

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27. Não existiu a necessidade de ajustes em atendimento e observação destas normas para os itens que compõem a unidade geradora de caixa.

13. FORNECEDORES

A rubrica Fornecedores finalizou o ano de 2017 com o montante de R\$32.421.933, sendo que, desse montante, cerca de 15% referem-se às aquisições para atendimento à demanda de serviços de impressão, além das provisões de serviços prestados nas devidas competências, as quais as notas fiscais ainda não chegaram à Companhia. Para o ano de 2016, o montante apresentado foi de R\$10.577.761.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

CIRCULANTE	R\$ 1,00	
	2017	2016
Pis	1.899.881	1.458.477
INSS	6.393.933	2.317.761
Cofins	8.757.699	6.725.935
Salários e Honorários a pagar	5.197.571	5.007.597
FGTS	1.010.458	1.089.379
Plano Previdencial Libertas	2.700.599	2.213.395
Contribuições retidas na fonte	431.296	151.653
Benefício Pós Emprego	10.389.270	7.076.007
	36.780.707	26.040.204

NÃO CIRCULANTE	R\$ 1,00	
	2017	2016
PASEP	4.820.603	4.669.895
Benefício Pós Emprego	3.847.038	10.024.837
	8.667.641	14.694.732

A Companhia possui os regimes de incidências cumulativos e não cumulativos para recolhimento dos tributos Cofins e Pis.

A rubrica do INSS é composta pelo montante apurado pelo sistema de contribuição sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) acrescido do INSS incidente sobre salários.

O Plano Previdencial Libertas refere-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria. Na data do balanço, o exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R\$2.700.599 em 2017 e R\$2.213.395 em 2016.

A Companhia possui um passivo contingente de PASEP, registrado em seu Passivo Não Circulante, abrangendo o período de junho de 1999 a dezembro de 2002, cujo valor atualizado para dezembro de 2017 soma o montante de R\$4.820.603.

Em atendimento a deliberação CVM n.º 695/2012 (Pronunciamento Técnico NBCTG 33(R2)), onde ganhos ou perdas atuariais devem ser registrados no próprio exercício, há o reconhecimento no Passivo Não Circulante do montante de R\$3.847.038 em 2017 e R\$10.024.837 referente a 2016, em contrapartida em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido, conforme esclarecimentos em nota explicativa 19.

15. APOSENTADORIA E FUNDO DE PENSÃO PASSIVO ATUARIAL

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

A Fundação Libertas é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Os planos de benefícios por ela administrados são Prodemge RP5-II (modalidade de Benefício Definido), Plano Saldado (modalidade de Benefício Definido) e o Plano ProdemgePrev (modalidade de Contribuição Definida).

Histórico

O Plano Prodemge RP5-II encontrava-se deficitário, ou seja, seu patrimônio não cobria as provisões necessárias ao pagamento dos benefícios atuais e futuros de participantes e assistidos. Para solucioná-lo, a Prodemge adotou uma Estratégia Previdencial, desenhada pela Fundação Libertas e pela empresa de Avaliação Atuarial Gama Consultores, com participação da Companhia, e aprovada pela Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais. Essa estratégia contemplou as seguintes ações:

- a) Criação do Plano ProdemgePrev em 01 de dezembro de 2012, estando em manutenção normal desde essa data.
- b) Incorporação do RP5 pelo RP5-II e posterior fechamento do Plano Prodemge RP5-II para novas adesões, ocorrido em dezembro de 2013.
- c) Cisão do Plano Prodemge RP5-II para criação do Plano Saldado, fechado ao ingresso de novos participantes com o início da eficácia a partir da data efetiva de transação ocorrida em 31 de outubro de 2014.
- d) Migração de participantes do Plano Prodemge RP5-II para o ProdemgePrev e/ou Plano Saldado ocorrido nos meses de setembro e outubro de 2014 com data efetiva de transação em 31 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014 na data efetiva da transação ocorreram os cálculos para equacionamento do Plano Prodemge RP5-II que se basearam na Proporção Contributiva entre a Patrocinadora (Prodemge) e Participantes/Assistidos, em função das Contribuições Normais Vertidas, atendendo ao Art. 29 da Resolução CGPC 26/08, alterada pelo CNPC 10/2012, apurando-se um déficit atuarial e que coube à Companhia o montante de R\$48.846.497.

Anteriormente à data efetiva de transação, especificamente no exercício financeiro de 2013, a PREVIC através do seu ERMG - Escritório Regional da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) determinou a regularização das Contribuições Normais para o Plano Prodemge (RP5-II) referentes à Pecúlio e Auxílio Doença, até então efetivadas exclusivamente pela Patrocinadora, em contrariedade à legislação no que se refere à exigência de paridade contributiva no custeio dos planos de benefícios.

A cobertura dessas Contribuições Normais fora da paridade abrangeu um período de 05 anos, de junho/2009 a maio/2014, e resultou na diferença de valores a favor da Prodemge, os quais, atualizados, montam R\$1.239.102.

Conforme ajustado com o ERMG, esse montante foi compensado nos contratos referentes à parcela de responsabilidade da Patrocinadora no déficit apurado na Data Efetiva da Transação, restando como déficit líquido o montante de R\$ 47.607.395.

A proporção de rateio utilizado à na distribuição do valor total do déficit líquido apurado para cada plano foi determinada com base no total das Reservas Matemáticas de Transação Individuais – RMTIs destinadas a cada plano. Para o Prodemge RP5-II o percentual utilizado foi de 1,2404497%. No Prodemge Saldado utilizou-se o percentual de 24,4286593% e para o ProdemgePrev de 74,330810%.

A síntese do déficit entre os planos previdenciários, a partir da aplicação do percentual utilizado, apresentou-se distribuído da seguinte forma:

			R\$ 1,00
	Forma de pagamento	Parcelas	31/10/2014
Déficit atuarial			48.846.497
Compensação de contribuições indevidas			(1.239.102)
Déficit atuarial líquido			47.607.395
Detalhamento:			
Plano Prodemge (RP5-II)	contribuições extraordinárias	-	590.546
Plano ProdemgePrev (CD)	contrato de parcelamento	77	35.387.001
Plano Saldado	contrato de parcelamento	30	11.629.848
			47.607.395

A parcela referente ao Plano Prodemge RP5-II não foi objeto de contrato, permanecendo paga através de contribuições extraordinárias, conforme previsto no plano de custeio, apresentando o montante de R\$590.546 na data efetiva da transação.

A partir da implantação da estratégia previdencial, em 2014, gerou-se os contratos de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, relativa à migração de participantes e assistidos do plano Prodemge RP5-II para os Planos ProdemgePrev e o Saldado pactuados a juros de 6% ao ano e atualizados mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e divididos em parcelas mensais e consecutivas, sendo 77 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 30 parcelas para o Plano Saldado.

No ano de 2017, a Prodemge e a Fundação Libertas repactuaram o prazo do contrato do Plano ProdemgePrev, referente à dívida da migração, onde passou a vigorar o novo prazo de 96 parcelas, a contar a partir de abril de 2017. Com isso, para o ano de 2017, o saldo devedor apresentou o valor de R\$27.506.438 e para o ano de 2016 o valor foi de R\$33.074.420, sendo que restam 88 parcelas. O contrato Saldado foi totalmente quitado no exercício de 2017.

			R\$ 1,00	
			2017	2016
Circulante				
Contrato ProdemgePrev - CD			4.920.944	7.968.000
Contrato Saldado - BD			-	2.486.657
Saldo devedor Circulante			4.920.944	10.454.658
Não Circulante				
Contrato ProdemgePrev - CD			22.585.494	22.619.863
Saldo devedor Não Circulante			22.585.494	22.619.863
Total			27.506.438	33.074.520

Em decorrência do patrocínio dos benefícios previdenciários, a Companhia assumiu em 27 de março de 1998, um débito a título de financiamento proveniente do passivo atuarial, existente na data de criação do Plano, para pagamento no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1988. Em 31 de dezembro de 2016, o valor montante registrado do saldo devedor era de R\$7.884.032, restando 17 parcelas.

No ano de 2017, a Prodemge e a Fundação Libertas repactuaram também o prazo do contrato do Plano ProdemgePrev, referente ao Passivo Atuarial, onde passou a vigorar o novo prazo de 26 parcelas, a contar a partir de abril de 2017. Com isso, em 31 de dezembro de 2017 restaram 18 parcelas para o contrato ProdemgePrev. Já para os contratos RP-II – BD e o Saldado – BD restaram 05 parcelas, onde somados ao

contrato ProdemgePrev, apresentaram o montante de R\$4.219.555. Em 31 de dezembro de 2016 o valor registrado era de R\$7.884.032.

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Circulante		
Contrato RP5-II - BD	36.774	72.021
Contrato ProdemgePrev - CD	2.471.680	4.315.648
Contrato Saldado - BD	724.215	1.418.327
Saldo devedor Circulante	3.232.669	5.805.996
Não Circulante		
Contrato RP5-II - BD	-	25.777
Contrato ProdemgePrev - CD	986.886	1.544.623
Contrato Saldado - BD	-	507.636
Saldo devedor Não Circulante	986.886	2.078.036
Total	4.219.555	7.884.032

16. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

	R\$1,00	
	2017	2016
DÉBITO CONSOLIDADO	37.758.119	37.758.119
Compensação de Prejuízos Fiscais e de Base de Cálculo		
Negativa de CSLL	(8.041.659)	(8.041.659)
Outras Compensações	(257.685)	(257.685)
Ajuste Débito Consolidado	824.382	-
Dívida Líquida Consolidada	30.283.157	29.458.775
Pagamento de Parcelas	(39.055.051)	(35.012.877)
Atualização Monetária	29.603.779	27.864.553
Saldo devedor REFIS	20.831.885	22.310.451
Ajuste a valor presente (longo prazo)	(3.350.670)	(4.834.218)
Ajuste a valor presente (curto prazo)	(83.113)	(84.531)
Saldo devedor REFIS a valor presente	17.398.102	17.391.701
Menos: Passivo Circulante	(2.252.096)	(2.141.803)
Não Circulante	15.146.008	15.249.898

Em 28 de abril de 2000, visando ao parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.

À época, para efeito de compensação da dívida a ser refinanciada, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social geradas em exercícios anteriores nos valores de R\$36.487.920 e R\$32.105.883, respectivamente, para amortizar parcela substancial dos valores das multas e dos juros incluídos no parcelamento, observado o limite de 15% dos prejuízos fiscais e de 8% das bases negativas de contribuição.

O saldo devedor do REFIS atualizado devidamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vem sendo quitado em parcelas mensais equivalentes a 1,5% da receita bruta em um prazo que se estima findar em 2027.

Para o cálculo do valor presente do débito junto ao REFIS, foram adotadas as seguintes premissas:

- Calculado o valor médio dos pagamentos efetuados de janeiro de 2001 a dezembro de 2017;
- O montante do débito em 31 de dezembro de 2017, devidamente atualizado pela TJLP, foi dividido pelo valor médio dos pagamentos, encontrando-se o valor constante de cada parcela e o prazo para suas liquidações;
- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos à taxa de 0,5833% a.m., correspondente à TJLP do 4º trimestre de 2017.

Em garantia do parcelamento pleiteado junto ao REFIS, foi oferecido o imóvel pertencente à Companhia, localizado à Rua da Bahia, 2.277, em Belo Horizonte, MG.

No exercício de 2017, a Companhia efetuou levantamento dos valores dos débitos consolidados de todos os tributos incluídos no REFIS, uma vez que havia divergência entre o débito consolidado da dívida registrado pela Prodemge e o débito consolidado constante na Receita Federal do Brasil.

O trabalho consistiu no detalhamento de informações acerca dos tributos incluídos no programa, bem como recálculo dos referidos tributos consolidados. Nesse escopo detectou-se que alguns valores de consolidação efetuados pela Prodemge se encontravam registrados a maior. Esse registro a maior decorreu da não observância pela Companhia da alteração da lei 9.964/2000 (Lei que instituiu o REFIS), por meio da lei 10.189 de 14 de fevereiro de 2001, a qual determinava que a atualização do débito consolidado deveria retroagir a 01/03/2000, ajuste esse que ainda não havia sido efetuado nos registros da Companhia.

Além dessa divergência de consolidação, existiam 02 (duas) competências de IRPJ a serem excluídas, conforme Despachos Decisórios DRF/BHE 874 de 20/09/2006 e DRF/BHE 1.091 de 03/08/2007.

Existiam também registros de valores consolidados a menor relativos ao IRPJ e CSLL, os quais foram consolidados com atualização de multa e juros inferior ao registrado pela Receita Federal do Brasil.

Assim, efetuou-se um ajuste de redução para o INSS, Pis e Cofins, bem como um ajuste positivo para o IRPJ e CSLL, gerando um acréscimo de R\$1.857.846 nos registros contábeis do Parcelamento Refis.

A partir dos ajustes, o saldo dos débitos consolidados dos tributos apresentou-se da seguinte forma:

	R\$ 1,00	
	2017	2016
INSS	19.739.648	20.056.772
Pis	1.541.047	1.613.383
Cofins	6.683.997	6.741.392
Salário Educação	1.400.133	1.400.133
IRPJ	6.466.436	5.716.764
CSLL	2.751.239	2.229.674
Créditos	(8.299.344)	(8.299.344)
Total	30.283.157	29.458.775

Em consequência dessas divergências da dívida consolidada, procedeu-se também o ajuste decorrente do reflexo dos encargos financeiros reconhecidos no período, relativos ao valor original consolidado, como detalhado a seguir:

	R\$ 1,00	
	Ajuste valor consolidado	TJLP por tributo
INSS	317.123	397.554
PIS	72.336	90.682
COFINS	57.395	71.952
IRPJ	(749.672)	(939.807)
CSLL	(521.565)	(653.846)
Total	(824.382)	(1.033.464)

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

	R\$1,00
Item	Vr. Segurado (R\$)
Edifícios	10.848.219
Datacenter	17.409.066
Móveis, Utensílios e Ferramentas	549.628
Estoque	217.699
Bens de Terceiros	15.000.000
Certificação Digital	1.000.000
Veículos	Vr. de mercado

18. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA

A constituição do Imposto de renda diferido e da contribuição social diferida refere-se à aplicação do percentual de 25% para o IR e 9% para a Contribuição Social sobre a Receita a Faturar (vide nota explicativa 06) e sobre a Reserva de Reavaliação sobre Edificações (vide nota explicativa 11).

	R\$1,00	
TRIBUTO	2017	2016
IR/CLSS Diferidos s/ Serviços a Faturar	17.707.375	11.559.969
IR/CLSS Diferido s/Reserva de Reavaliação	188.001	-
	17.895.376	11.559.969

No exercício de 2017, a Companhia, realizou análises sobre dois pontos merecedores de destaques no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

1º. Receita a Faturar – procedimento de diferimento adotado no exercício de 2009, onde a Companhia passou a diferir o IRPJ e a CSLL sobre a Receita dos Serviços a Faturar. O Decreto-Lei nº 1.598/77 no seu art. 10, incorporado ao Regulamento do Imposto de renda em seu art.409 é a base legal que suporta tal procedimento, onde faculta o contribuinte diferir a tributação sobre o lucro até a sua realização, ou seja, a Prodemge poderia excluir da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social

a parcela do lucro sobre os serviços a faturar. Todavia a Companhia adota o procedimento do diferimento da Receita a Faturar total, não deduzindo os custos, o que difere do exposto na Legislação vigente.

2º. Adição dos custos com atividade gráfica na base de apuração do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real – IRPJ e CSLL), uma vez que, com a assinatura do Termo de Cooperação Mútua, de 20/07/2017 (vide Nota Explicativa 23) e o início da atividade dos serviços gráficos, a Companhia assumiu os custos sem a contrapartida de receitas, contradizendo o princípio contábil do confronto das despesas com as receitas no período. Sendo assim, necessário adicionar o custo apurado na base de cálculos dos impostos mencionados, o que não foi realizado no exercício de 2017.

A divergência no procedimento levou os Auditores Independentes a emitir opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2017, identificando os pontos acima, os quais a Diretoria da Companhia deverá proceder ao levantamento e avaliação da adequação dos saldos contábeis.

19. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia apresenta um quadro funcional com a presença de analistas, técnicos, assistentes de tecnologia, assessores e assistentes organizacionais, entre gerentes, superintendentes, supervisores e demais especialistas. Oferece aos atuais e aos ex-empregados planos previdenciários, administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Os planos de benefícios patrocinados pela Prodemge são:

- Plano de Benefícios RP5II - estruturado na modalidade de benefício definido e fechado para novas adesões desde 19 de dezembro de 2013.
- Plano de Benefícios Prodemge Saldado – estruturado na modalidade de benefício definido, com início operacional em 01 de novembro de 2014 e fechado a novas adesões desde seu início.
- Plano ProdemgePrev – estruturado na modalidade de contribuição definida, tendo seu início em outubro de 2012.

Conforme definido pela CVM nº 695, nos planos de benefícios pós-emprego classificados como contribuição definida a entidade empregadora realiza contribuições pré-estabelecidas a uma outra entidade, não tendo obrigação legal ou construtiva de complementar qualquer insuficiência de ativos para pagamento dos benefícios. Assim, os riscos atuariais e de investimento recaem apenas para os empregados.

Nos planos de benefício definido é obrigação da empregadora fornecer os benefícios prometidos aos atuais e ex-empregados. Com isso, o risco atuarial e de investimento recaem sobre a patrocinadora, aumentando ou reduzindo a sua obrigação. O pagamento dos benefícios concedidos depende também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Consequentemente, a despesa reconhecida do plano de benefício definido não será somente o montante da contribuição devida no período, mas também o resultado entre as obrigações esperadas e ocorridas, conforme aplicação de premissas atuariais.

A contabilização das obrigações com benefícios pós emprego da Prodemge é realizada somente para os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, benefícios concedidos e a conceder de participantes dos Planos RP5II e Saldado.

O Plano de Benefício Definido (BD) é um tipo de plano em que o participante se aposenta com um benefício pré-determinado, o chamado Plano de Benefícios RP5-II da Prodemge.

Os benefícios do plano são: suplementação de aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de contribuição, especial, do décimo terceiro, pensão por morte, auxílio reclusão e pecúlio por morte. O Plano contempla também os seguintes institutos previstos em lei complementar 109/2001: benefício proporcional diferido, resgate, portabilidade e auto patrocínio.

O Plano Prodemge Saldado é originário do Plano Prodemge e prevê os seguintes benefícios: benefício salgado de aposentadoria programada, décimo terceiro pagamento de benefício salgado, além dos seguintes institutos previstos em lei complementar 109/2001: benefício proporcional diferido, resgate, portabilidade e auto patrocínio.

A seguir, as estatísticas dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora Prodemge, cadastrados nos Planos RP5II e Saldado:

	RP5-II	Saldado	Total	RP5-II	Saldado	Total
	Ativos			Ativos		
Quantidade	3	4	7	3	9	12
Média Idades	44	54	49	43	51	47
	Mantidos			Mantidos		
Quantidade	3	5	8	3	0	3
Média Idades	45	51	49	45	0	45
	Aposentados			Aposentados		
Quantidade	10	148	158	9	151	160
Média Idades	67	66	66	67	64	66
Suplementação Média (R\$)	2.572,32	4.506,87	4.384,43	2.031,71	4.227,20	4.103,70
	Pensionistas			Pensionistas		
Quantidade	7	15	22	7	14	21
Média Idades	58	66	63	57	65	61
Suplementação Média (R\$)	1.678,14	2.044,34	1.927,83	1.602,09	2.076,44	1.918,33

Fonte: Base de Dados Libertas.

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses atuariais adotadas na presente avaliação foram definidas pela PRODEMGE, em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas.

		Plano RP5II	Plano Saldado
Hipóteses Demográficas	Evento Morte	GIM - 94 M&F (D20%)	GIM - 94 M&F (D20%)
	Mortalidade de Inválidos	AT-49 M	AT-49 M
	Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
	Rotatividade	Nula	Nula
	Aposentadoria	1ª Elegibilidade	1ª Elegibilidade
	Composição familiar	Família Real	Família Real
Hipóteses* Econômicas	Taxa Real de Juros	5,21%	5,21%
	Crescimento Real Salarial	1,28%	Não Aplicável
	Índice de Inflação	4,18%	4,18%
	Fator Capacidade	98,08%	98,08%
	(Salários e Benefícios)		

A taxa nominal de juros aplicada de 9,61% resulta da composição:

Da taxa real de juros de 5,21%, para os Planos BD Saldado e RP5II, correspondente a NTN-B com vencimento mais próximo à *duration* dos Planos, encontrada nas Demonstrações Atuariais de 31/12/2016 transmitidas à PREVIC;

E da taxa de inflação esperada no longo prazo de 4,18%, baseada em histórico da variação do IPCA e projeção divulgada no Relatório FOCUS do Banco Central, publicado em 01 de dezembro de 2017.

Conforme determinação da CVM nº 695/2012, o método atuarial a ser utilizado para determinar o déficit ou superávit de planos de benefício definido é o Crédito Unitário Projetado.

O custo é avaliado em períodos passados e corrente, para que seja identificado o quanto de direito o empregado adquiriu com serviço já prestado e o quanto desse direito deverá ser acrescentado referente ao serviço prestado no ano corrente.

Verificou-se, após análise de documentação fornecida pela Libertas, referentes aos resultados da CVM 695 de anos anteriores, que o valor da obrigação dos benefícios concedidos apurada na CVM 695 de 2014 está menor do que o registrado na avaliação atuarial do mesmo ano, sendo que os dois cálculos foram realizados com a mesma taxa de juros.

Foi constatado também que foram deduzidos, de forma equivocada, valores no ativo que se referem a provisões matemáticas do plano.

A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

Para a reconciliação é necessário conhecer o valor da obrigação do benefício definido registrado no final do ano anterior. A esse valor, é acrescentado o custo do serviço corrente, calculado atuarialmente pelo método Crédito Unitário Projetado. Considera-se, também, o valor do custo dos juros e fluxos de caixa da empresa como pagamento de benefícios e contribuição de participantes. Incluem-se, ainda, os efeitos com alterações de premissas que caracterizará o ganho ou perda atuarial no período.

Todas essas contas resultarão no valor da obrigação de benefício definido no final do ano em estudo.

	R\$ 1,00	
	31/12/2017	31/12/2016
1 Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	95.870.742	67.119.283
2 Custo do serviço corrente	24.429	23.733
3 Custo dos juros	10.417.879	3.355.964
4 Fluxos de caixa	-	-
a. Benefício pago pelo plano	(7.818.624)	(6.597.048)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Contribuição de participante	0	7.859
e. Despesa administrativa incluída na obrigação	-	-
f. Imposto incluído na obrigação	-	-
g. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
5 Outros eventos significativos	-	-
a. Aumento (redução) decorrente de fusão/ alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6 Redimensionamento da obrigação	-	-
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	20.187.042	(15.521.219)
c. Efeito da experiência do plano	172.191	(2.098.155)
7 Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8 Obrigação de benefício definido no final do ano	118.853.659	46.290.417

O custo do serviço corrente em 31/12/2017, mostrou-se superior ao registrado em 31/12/2016. Um forte influenciador deste custo é a mudança da taxa de juros utilizada para os cálculos dos compromissos futuros.

	R\$ 1,00	
	31/12/2017	31/12/2016
1 Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	118.838.110	20.854.825
2 Juros sobre o valor justo do ativo do plano	12.913.648	1.042.741
3 Fluxos de caixa	-	-
a. Desembolso total da empresa	-	-
i. Contribuição paga pela empresa	10.454	7.859
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos pela empresa	-	-
b. Contribuição de participante	10.460	7.859
c. Benefício pago pelo plano	(7.818.624)	(6.597.048)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4 Outros eventos significativos	-	-
a. Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5 Redimensionamento do valor justo do ativo do plano	-	-
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(10.503.404)	14.017.559
6 Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7 Valor justo do ativo do plano no final do ano	113.450.644	29.333.795

O valor registrado em “Contribuição paga pela empresa” foi informado pela Fundação LIBERTAS, em balancete do mês de outubro/2017, sendo o valor atualizado pelo INPC para o mês de dezembro/2017.

A conta de “Benefício pago pelo plano” repete a informação da reconciliação da obrigação de benefício definido.

O redimensionamento do valor justo do ativo do plano registra a diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano. A CVM nº 695/2012 determina que o retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, incluindo ganhos ou perdas sobre os ativos, excluindo custos com administração e impostos.

	R\$ 1,00	
	31/12/2017	31/12/2016
1 Obrigação de benefício definido	118.853.659	46.290.417
2 Valor justo do ativo do plano	(113.450.644)	(29.333.795)
3 Situação financeira do plano	5.403.015	16.956.622
4 Reconhecimento de passivo oneroso - Déficit Técnico Contratado	(1.555.977)	(6.931.785)
5 Passivo / (Ativo) líquido	3.847.038	10.024.837

Seguindo a Deliberação CVM nº 695/2012, o valor líquido de passivo (ativo) representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, sendo calculado pela subtração do valor presente da obrigação pelo valor justo dos ativos.

	R\$ 1,00	
	31/12/2017	31/12/2016
Componentes da despesa / (receita) de benefício definido		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	24.429	23.733
b. Amortização custo do serviço passado	218.495	1.026.221
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
Custo total do serviço	242.924	1.049.954
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	10.417.879	3.355.964
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(12.913.648)	(1.042.741)
c. Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	-	-
e. Custo líquido total dos juros	(2.495.769)	2.313.223
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Despesa (receita) a ser reconhecida	(2.252.845)	3.363.177

A *duration* do plano de benefício corresponde ao tempo médio ponderado de pagamento dos benefícios.

A taxa nominal de desconto da obrigação de benefício definido é composta pela taxa de juros de 5,21% mais a inflação de longo prazo. A taxa de juros corresponde a taxa de venda da NTN-B com vencimento mais próximo ao prazo da *duration*.

A taxa de inflação estimada no longo prazo consiste na expectativa da inflação brasileira nos anos futuros, baseada em histórico da variação do IPCA e pela projeção da taxa pelo Banco Central para o ano de 2018 com divulgação no Relatório FOCUS de 1 de dezembro de 2017.

A taxa nominal de desconto do custo/(receita) compreende a soma da inflação projetada pelo Banco Central para o ano de 2017, divulgada no Relatório FOCUS de 6 de dezembro de 2017, pela inflação de longo prazo.

20. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, justiça comum e justiça federal, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 97 processos, dos quais 72 referem-se a processos trabalhistas, 23 processos na vara da Fazenda Pública e apenas 02 processos na justiça federal.

Em decorrência das provisões realizadas pela Companhia, no ano de 2017 houve o reconhecimento de R\$1.808.320, sendo que no exercício de 2016 houve a reversão de provisão, no montante de R\$3.927.509, decorrente da finalização de processos.

Para o exercício de 2017, as provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R\$8.255.190, conforme demonstrado abaixo:

• JUSTIÇA DO TRABALHO

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, dentre outras.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, em 16 processos (16% do total dos processos), representando 17% do valor total provisionado. Caso o pleito seja procedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

A classificação das contingências trabalhistas pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	445.000
Perda Possível	807.192
Perda Provável	8.066.990
Total das ações na Justiça do Trabalho	9.319.182

• JUSTIÇA COMUM

Sendo a Companhia uma empresa pública, as ações movidas na Justiça Comum correm nas Varas da Fazenda Pública Estadual. São relacionadas às ações de sustação de protesto, danos morais, concurso público e cobrança.

A classificação destas contingências pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	76.723
Perda Possível	2.000
Perda Provável	188.200
Total das ações na Justiça Comum	266.923

• JUSTIÇA FEDERAL

A Companhia possui ação no âmbito da Justiça Federal, decorrente de execução fiscal relativa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Salário Educação), classificada pela assessoria jurídica em perda remota, no valor de R\$34.000.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 77.227.838 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

b) Ajuste de Avaliação Atuarial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBCTG 33 (R2) onde para o exercício de 2017 ocorreu o reconhecimento de R\$3.847.038 como Ajuste de Avaliação Atuarial - Outros Resultados Abrangentes, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia. Para o exercício de 2016 o montante registrado foi de R\$10.024.837.

c) Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide nota explicativa nº 11). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

Em dezembro de 2017 foi realizado o valor de R\$25.206,37 referente à realização da Reserva de Reavaliação de Edificações. Além disso, registrou-se R\$201.598,16 referente ao diferimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social em contrapartida do grupo do Passivo, referente à reavaliação de edificações ocorrida no ano de 1989.

d) Prejuízos Acumulados

A partir dos ajustes efetuados no Refis, no exercício de 2017 (vide nota explicativa nº 16), a Companhia registrou impacto negativo no patrimônio líquido no montante de R\$1.857.846, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ 1,00
Prejuízo Acumulado 2016	(7.828.178)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.857.846)
Prejuízo Acumulado Ajustado	(9.686.024)

22. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A receita de prestação de serviços de tecnologia da informação é reconhecida no resultado tendo como base o regime de competência, que ocorre mensalmente, conforme definido no contrato de prestação de serviço, acrescida da receita dos Serviços a Faturar (vide nota explicativa 06).

	2017	2016
Prestação de serviços	260.243.811	232.563.357
Serviços a Faturar	18.080.606	5.674.591
	278.324.417	238.237.948

23. CUSTOS OPERACIONAIS

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Pessoal	111.321.813	113.664.262
Treinamento	42.026	60.200
Material	6.926.127	735.729
Manutenção Equipamentos	15.065.200	6.701.105
Manutenção Bens Instalações	85.706	9.385
Aluguel Equipamentos	2.843.188	564.732
Serviços Terceiros	23.164.362	7.826.881
Licenciamento e Manutenção Software	20.860.078	18.892.790
Utilidades e Custos Gerais	4.153.325	2.340.817
Depreciação/Amortização	11.519.989	11.993.349
Total	195.981.815	162.789.248

O Governo do Estado de Minas Gerais, através da Lei 22.285, de 14/09/2016, extinguiu a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, incorporando a competência para edição e a gestão das publicações no Diário Oficial do Estado à Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais – SECCRI. Diante da necessidade de continuidade dos serviços de impressão do jornal Diário Oficial de Minas Gerais, dada a essencialidade de acesso às informações e interesse público e publicações de atos oficiais das esferas pública e privada, a Companhia firmou Termo de Cooperação Mútua com a SECCRI, devido ser entre as entidades da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais, a que possuía as melhores condições para assumir a atividade de serviços gráficos do Diário Oficial de Minas Gerais.

O Termo de Cooperação Mútua possui cláusula de ausência de transferências ou repasses de recursos financeiros. A partir de janeiro de 2017, a Companhia vem executando a atividade de serviços gráficos, e, respeitando a referida cláusula do Termo não houve registro de faturamento em 2017 para esse serviço.

No ano de 2017, em decorrência dessa atividade assumida pela Companhia, registrou-se o montante de R\$30.206.994 nos custos operacionais para a execução dessa atividade.

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O Grupo Despesas Administrativas e Gerais apresenta a seguinte composição:

	R\$1,00	
	2017	2016
Pessoal	35.249.214	35.106.069
Treinamento	35.406	54.551
Material	310.009	225.837
Manutenção Equipamentos	47.581	27.322
Manutenção Bens/Instalação	165.215	156.106
Aluguel Equipamentos	15.701	9.515
Serviços de Terceiros	4.980.033	4.092.971
Licenciamento/Manutenção Software	40.818	34.288
Utilidades e Despesas Gerais	6.785.602	6.992.271
Depreciação/Amortização	336.959	257.952
	47.966.538	46.956.881

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	R\$ 1,00	
	2017	2016
Receitas Financeiras		
. Receitas Aplicação Financeira	4.466.428	7.871.874
. Descontos Obtidos/Juros Recebidos	406.955	6.443
. Variação Monetária Ativa	58.449	78.564
	4.931.832	7.956.880
Despesas Financeiras		
. Multas	186.582	6.787
. Correção Monetária	677.967	3.533.577
. Juros	2.875.860	3.777.051
. Descontos Concedidos	44	261
	3.740.452	7.317.676

No grupo de despesas financeiras, o montante referente a correção monetária e juros está relacionado com a atualização com os contratos de dívida e passivo atuarial, firmados com a Fundação Libertas (vide nota explicativa nº 15) e com a dívida do Refis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Helvécio Miranda Magalhães Júnior – Presidente
Paulo de Moura Ramos
Alcione Maria Martins Comonian
Evandro Xavier Gomes
Bruno Alves da Rosa
José Francisco Vieira de Seniuk
Hugo Vocurga Teixeira

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo de Moura Ramos – Diretor-Presidente
Pedro Ernesto Diniz – Diretor
Gilberto Rosário de Lacerda – Diretor
Gustavo Guimarães Garreto – Diretor
Gustavo Daniel Prado – Diretor

CONSELHO FISCAL

Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira
César Cristiano de Lima
Mariah Brochado Ferreira

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Ionala de Paiva Carneiro

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9